

O BRASIL EM LÍNGUA PORTUGUESA (1808-1821)

Jean Marcel Carvalho França
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
jsfranca@uol.com.br

O pouco apreço pela “escritura”

Em 1841, Joaquim Norberto de Sousa e Silva, um dos estudiosos pioneiros da história da literatura que começava a se auto-intitular brasileira, lamentando o quão minguada era a herança que os homens de letras do Brasil colonial tinham legado aos escritores do Brasil independente, registrava no seu *Bosquejo da história da poesia brasileira*:

Todo este mal emana da tirania que sobre a pátria imperou; colonos, como éramos, não podíamos estabelecer [...] oficinas tipográficas que multiplicassem as cópias das obras devidas à pena de nossos autores; embalde se procurará hoje pela Brasília, por esse poema cujo assunto é a primeira página da história da conquista do Brasil! Embalde se buscarão os preciosos manuscritos de outros muitos ilustrados brasileiros. Todo esses ensaios, todos esses esforços de um povo que já na infância se dava ao cultivo dos diversos ramos da literatura, e lutava com a hidra da invasão holandesa, barateando com tão denodados guerreiros a vida pela liberdade, e o mais é, vencendo-os, derrotando-os e exterminando-

Pretendo, neste ensaio, analisar a emergência de um discurso impresso em língua portuguesa que toma o Brasil, suas peculiaridades naturais e a vida de suas gentes, como tema de reflexão. Tal discurso atuou como um veículo privilegiado para a propagação de uma série de imagens do país e do seu povo que os homens de letras, nas primeiras décadas do século XIX, começavam a inventar para os seus coetâneos. Para atingir o alvo proposto, depois de oferecer ao leitor um breve panorama da cultura escrita do período colonial, debruçar-me-ei sobre dois conjuntos discursivos surgidos no alvorecer da escrita impressa brasileira, ambos de vital importância para a construção, pela inteligência local, de uma auto-imagem do Brasil: as obras editadas pela Imprensa Régia entre

Recibido: 18 de noviembre de 2010

Aceptado: 02 de febero de 2011

os, se perderam ao meio das trevas da ignorância; as raras publicadas, em tão pequeno número de exemplares o foram, que poucas chegaram aos nossos dias (Silva, 2002: 282-283).

O lamento de Joaquim Norberto vinha engrossar um coro que, àquela altura da vida intelectual brasileira, já não era pequeno. De Gonçalves Magalhães a Santiago Nunes Ribeiro (Ribeiro, 1843: 7-23), praticamente todos os homens de letras da primeira metade do século XIX que trataram da história do que havia sido escrito no país ao longo do período colonial lançaram mão de argumento semelhante. Magalhães, a propósito, escrevera, em 1836, nas páginas da renomada revista *Nitheroy*:

O Brasil, descoberto em 1500, jazeu três séculos esmagado debaixo da cadeira de ferro, em que se recostava um Governador colonial com todo o peso de sua insuficiência, e de sua imbecilidade. Mesquinhas intenções políticas, por não avançar outra coisa, leis absurdas, e iníquas ditavam, que o progresso da civilização, e da indústria entorpeciam. Os melhores gênios em flor morriam (Magalhães, 1978: 138).

Igualmente semelhante era o raciocínio que levava os intelectuais brasileiros do Oitocentos a recorrer a tal linha argumentativa. Em geral, tratava-se de demonstrar para o leitor que a constante opressão intelectual metropolitana —que proibiu as tipografias, interditou os estudos superiores, dificultou a circulação de impressos, dispersou as agremiações e nada fez pela educação formal dos colonos— retardou o amadurecimento e estorvou a ex-

1808 e 1821; e as duas “revistas literárias” publicadas no país no mesmo período, “As Variedades ou Ensaios de Literatura” (1812) e “O Patriota” (1813).

Palavras-chave: Imprensa, Imagens do Brasil, Cultura escrita, Revistas Literárias, Impressão Régia

Brazil in Portuguese (1802-1821)

In this paper, I intend to analyze the emergence of a printed discourse, written in Portuguese, that takes Brazil, its natural peculiarities and the lives of its people, as a subject of reflection. This discourse served as an excellent vehicle for spreading a series of images of the country and its people; images that men of letters began to create for their contemporaries in the first decades of the nineteenth century. To that end, after a brief overview of the written culture of the colonial period, I will study two sets of discourses that emerged at the dawn of the printing press in Brazil, both of vital importance for the local intelligence’s construction of a self-image of Brazil:

pressão do “gênio brasileiro”, gênio que somente pôde começar a se revelar na sua plenitude depois da independência do país em 1822.

É evidente que esses homens –e muitos dos que os sucederam ao longo do Oitocentos–, acordados com o seu tempo, um tempo de consolidação da cultura de um país que há pouco se tornara independente, trataram de exaltar o suposto “gênio brasileiro” e de sobrevalorizar a dita opressão metropolitana, o grande inimigo do “natural” pendor do povo local para as letras e para a cultura. Malgrado tal exagero, no entanto, a acusação desses exaltados patriotas de que o volume de escritos produzidos e de meios para produzi-los e obtê-los na América Portuguesa eram minguados está longe de ser despropositada. Os testemunhos coetâneos do pouco apreço dos lusos pela “escritura”, como dizia o cronista Gândavo, em 1576, estão por todos os lados (Gândavo, 2004: 39).

Tipografias, a isolada colônia não as teve até o alvorecer do século XIX, até 1808, quando a recém-desembarcada burocracia joanina sacou dos porões da nau *Medusa* uma prensa inglesa, ainda sem uso, que havia sido encomendada pela Secretaria de Estrangeiros e da Guerra. Outrora, os historiadores da impressão no país¹ acreditaram que, durante o domínio holandês, precisamente durante o governo de João Maurício de Nassau (1637-1644), uma prensa havia sido introduzida no Recife e que veio mesmo a imprimir um folheto que circulou então pela Europa. Mais tarde, porém, constatou-se que o tal folheto havia sido impresso em território holandês e que, se Nassau tinha planos de criar uma tipografia em Pernambuco –o que atesta a documentação coetânea–, tais planos nunca se concretizaram. Em

the works published by the Royal Press between 1808 and 1821, and the two "revistas literárias" published in the country during the same period, "As Variedades ou Ensaios de Literatura" (1812) and "O Patriota" (1813).

Key words: Press, Images of Brazil, Culture Writing, Literary Magazines, Royal Press

1706, meio século portanto depois da expulsão dos holandeses, parece realmente ter sido instalada na mesma Recife, supostamente sob a proteção do então governador Francisco de Castro Morais e os cuidados de um tipógrafo jesuíta de nome Antônio da Costa², uma pequena prensa destinada a imprimir letras de câmbio e orações devotas. O empreendimento, porém, cedo contou com a oposição de Lisboa que, não vendo com bons olhos a concorrência da modesta oficina com os não muito prósperos impressores da metrópole, ordenou ao governador, por meio de uma ordem régia de 8 de julho, “que mandasse seqüestrar as letras impressas e notificar os donos delas e oficiais da tipografia, e que não consentisse que se imprimissem livros, nem papéis alguns avulsos” (Barbosa, 1901: 240).

Empresa tipográfica efetiva, ainda que de vida curtíssima e conturbada, a colônia conheceu somente uma, em 1747³, graças ao empenho de um impressor de Lisboa que provavelmente tivera problemas com a Inquisição e dificuldades financeiras na metrópole, Antônio Isidoro da Fonseca, e à benevolência de um governador amante das letras, Gomes Freire de Andrade, o conde de Bobadela. A empresa do editor Fonseca, que contava com um certo lastro no mercado editorial metropolitano, durou pouco e entregou ao público –se é que se pode falar na existência de um público– somente 4 modestos trabalhos impressos: a *Relação de Entrada* do Bispo Frei Antônio do Desterro, escrito por Luís Antônio Rosado da Cunha; um romance heróico, em 23 quadras, *Em aplauso* do mesmo bispo; onze epigramas em latim e um soneto em português também dedicados ao bispo; e um folheto em latim, intitulado *Conclusões Metafísicas*, de autoria do estudante do Colégio dos Jesuítas do Rio de Janeiro, Francisco Fraga. Do mesmo modo, porém, que a pequena tipografia jesuíta, a oficina de Fonseca não agradou às autoridades de Lisboa que, em 19 de maio de 1747, expediram a seguinte provisão:

Faço saber a vós, governador e capitão general da capitania do Rio de Janeiro, que por constar que deste reino tem ido quantidade de letras de imprensa para o mesmo Estado, no qual não é conveniente se imprimam papéis no tempo presente, nem pode ser de utilidade aos impressores trabalharem no seu ofício aonde as despesas são maiores que no Reino do qual podem ir impressos os livros e papeis no mesmo tempo em que dele devem ir as licenças da Inquisição e do conselho, sem as quais se não podem imprimir

nem correrem as obras pelo que se lhes ordena que constando-lhes, que se acham algumas letras de imprensa nos limites dos Governos de cada um de lhes as mandem seqüestrar, e remeter para este Reino por conta e risco de seus donos, a entregar a quem eles quiserem e mandem notificar aos donos das mesmas Letras e aos oficiais de imprensa que houver para que não imprimam, nem consintam que se imprimam, livros, obras, ou papeis alguns avulsos, sem embargo de quaisquer licenças, que tenham para a dita impressão, cominando-lhes a pena de que fazendo o contrario serão remetidos presos para este Reino a ordem do Conselho Ultramarino para se lhes imporem as penas em que tiverem incorrido na conformidade das leis, e ordens de Sua Majestade (Martins, 1957: 541).

A restrição e a conseqüente ausência de atividade tipográfica⁴ sistemática constituía, porém, somente um dos muitos entraves para a produção e propagação da cultura de língua portuguesa em plagas americanas. A colônia, a bem da verdade, não contava com quase nenhum meio para dar acesso à palavra escrita, para fazê-la circular entre os seus habitantes, nem mesmo entre os mais abastados. O sistema de ensino, como sabemos, era precário e, salvo um punhado de mestres-escolas e uma ou outra aula régia, estava todo entregue a umas minguadas instituições religiosas. Ensino universitário só o tivemos na segunda década do século XIX, e poucos, muito poucos, foram aqueles que, durante os séculos XVII e XVIII, tiveram condições e vontade de buscar uma formação universitária no velho continente⁵.

Os poucos livros e impressos importados da metrópole circulavam com dificuldade e despertavam interesse diminuto entre os possíveis leitores, tendência que somente começará a se reverter a partir da segunda década do século XVIII. Bibliotecas, é sabido que o número de particulares que as possuíam no período era mínimo e que esses poucos privilegiados não tinham acervos nem fartos nem variados⁶. Restavam, naturalmente, as coleções das casas religiosas, depositárias da cultura escrita do Brasil colonial, pelo menos até o início do século XIX. Acerca de tais bibliotecas, alguns viajantes estrangeiros que passaram pelo país ao longo dos séculos XVII e XVIII asseveram que não eram grandes, mas que contavam –não todas, é certo– com um acervo de qualidade e interesse. Em 1748, por exemplo, o abade francês Courte de la Blanchardière teceu o seguinte comentário sobre o acervo do colégio do Rio de Janeiro da

Companhia de Jesus: “A biblioteca dos Jesuítas é pequena e desprovida de bons livros. A localização do edifício, porém, é privilegiada” (França, 1999: 92).

O espanhol Francisco de Aguirre, quase 40 anos mais tarde, em 1782, informava que a “biblioteca do convento de São Bento” era “a maior do Rio de Janeiro” e que seu acervo era “composto de 3.000 volumes” (França, 1999: 154). Um ano mais tarde, o alemão Friedrich Ludwig Langstedt, depois de visitar o convento de Santo Antônio da mesma cidade, surpreso, comentou:

A biblioteca desse estabelecimento religioso é excelente e distingue-se por uma coleção completa dos doutrinadores da igreja. Manuscritos não encontrei, mas pude apreciar um exemplar da Bíblia Complutense, diversas edições da Vulgata, alguns escritos dos escolásticos, vários livros de direito canônico e de direito dos reis portugueses, a história eclesiástica Pagi, *Scriptores historiae Byzant.* Xantis Pagnini *Bibl. Hebr. e o Reineccii*. Quanto aos *libris prohibitis*, disseram-me que naquele preciso dia a chave do armário que os continha tinha sido extraviada (França, 1999: 170-171).

Há de se salientar, no entanto, que, segundo as mesmas fontes, esses estabelecimentos não eram freqüentados nem mesmo pelos religiosos das casas que os abrigavam, tamanha a ignorância que grassava entre a população local, fossem religiosos ou leigos.

As instituições culturais também não prosperaram durante o período colonial; ao contrário, salvo as afamadas “academias”, que tiveram alguma expressão ao longo do século XVIII, as agremiações de homens de letras foram raras e, quando existiram, tiveram vida curta⁷. A propósito dos trabalhos realizados em uma delas, a *Academia Científica do Rio de Janeiro*, o Marquês de Lavradio, em carta de 1772, comenta: “continua a trabalhar-se nela, porém, vai isto muito devagar, porque como estas gentes não têm o interesse que as anime, esmorecem com grande facilidade” (Lavradio, 1978: 104).

Não é, pois, de se estranhar que, das já poucas coisas que, com dificuldade, vieram a ser escritas em terras brasileiras, somente uma parcela diminuta tenha saído impressa na época. Totalmente dependentes dos censores e impressores portugueses, obras como o *Tratado descritivo do Brasil* (1587), de Gabriel Soares, o *Diálogos das grandezas e riquezas do Brasil* (1618), de Ambrósio Brandão, a *História do Brasil* (1627), de Frei Vicente de Salvador, o *Desagravos do Brasil e*

glória de Pernambuco (1757), do jesuíta Domingos de Loreto Couto, a *Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas*, de Luís dos Santos Vilhena, e umas tantas outras vieram a público somente ao longo dos séculos XIX e XX. Das poucas que então foram publicadas, como a *História da América Portuguesa* (1730), de Sebastião Rocha Pita, o *Exame de Artilheiros* (1744), do engenheiro José Fernandes Alpoim, ou o *Novo Orbe Seráfico* (1751 – 1ª parte), do Frei Jaboatão, nenhuma conheceu grande circulação –no reino ou fora dele– ou foi traduzida para outra língua européia, permanecendo, ao que tudo indica, praticamente desconhecidas do público leitor não português e pouco conhecidas entre o restrito grupo dos letrados de língua portuguesa, inclusive, é claro, entre aqueles instalados no Brasil⁸.

O “Iluminismo Tropical”

O “quadro desolador” –como se dizia no século XIX– da cultura escrita no país começa a mudar em 1808, com o desembarque de D. João VI e sua corte na cidade do Rio de Janeiro. Ao menos foi assim que a “inteligência” coetânea compreendeu o momento que então se vivia. Um bom exemplo de tal percepção encontra-se na oração em ação de graças pelo nascimento de D. Maria da Glória, princesa da Beira, recitado pelo afamado pregador São Carlos⁹ na igreja de São Francisco de Paula em 12 de maio de 1819. Ao comentar a mudança de D. João VI para o país, o frade, lançando os olhos para o futuro, profetiza:

Mas quando eu vejo, Senhor, esta parte do globo sepultada há seis mil anos nas trevas e sombras da morte, e de repente habitada pelo mais religioso príncipe do velho mundo, [...] então Deus meu, quase que vislumbro por entre as densas trevas do porvir grandes coisas a este terreno; e que nas suas mãos benfazejas se preparam novas misericórdias ao meu país. É aqui, meus senhores, que eu quisera ver em espírito os destinos futuros da minha pátria (Galvão, 1922: 152).

Igualmente enfático a este respeito tinha sido o jornalista Hipólito José da Costa, que no número de dezembro de 1813 do *Correio Braziliense* exaltou, nos

termos seguintes, o progresso intelectual vivido pela modesta colônia desde que virara sede da corte portuguesa:

No Rio de Janeiro se imprime um Jornal, cujo título é *O Patriota*; e com o do mês de agosto vieram ter-nos à mão algumas traduções impressas no Brasil; e entre outras a *Henriada* de Voltaire. Há dez anos, estando a Corte em Lisboa, ninguém se atreveria a dar a um jornal o nome de *Patriota*, e a *Henriada* de Voltaire entrava no número dos livros que se não podiam ler sem correr o risco de passar por ateu, pelo menos por Jacobino. E temos agora que em tão curto espaço já se assenta, que o povo do Brasil pode ler a *Henriada* de Voltaire; e pode ter um jornal com o título de *Patriota*, termo que estava proscrito, como um dos que tinham o cunho revolucionário (Costa, 2002, vol.11: 924).

Um pouco mais tarde, em 1816, o visitante Ferdinand Denis, um estudioso da cultura portuguesa dos lados do Atlântico, resumiu numa sentença esse novo sentimento que então observara entre os brasileiros, ao menos entre os habitantes da corte, depois de 1808: “Desde esse momento, o Rio de Janeiro deixou de apresentar o aspecto de uma colônia que se explora à força de leis repressivas; despertaram as inteligências, começou uma nova era” (Denis, 1980: 113-114).

A tal “nova era” a que se refere Denis trouxe consigo, entre outras coisas, a possibilidade de a incipiente inteligência local, pela primeira vez na já mais do que secular história da colônia, dispor dos meios necessários para gerar, imprimir e colocar ao alcance de um público que se tornava mais e mais consistente um discurso sobre o país e sua gente em língua portuguesa. Ilustrativo deste empenho inicial no sentido de criar uma cultura escrita que pudesse verdadeiramente ser denominada de brasileira, que vinculasse o que os homens daqui pensavam acerca do mundo e das gentes que os rodeavam, são as publicações da Impressão Régia, inaugurada em 13 de maio de 1808. Eis o decreto criando a inédita instituição no país:

Tendo-me constado, que os prelos que se acham nesta Capital, eram os destinados para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra; e atendendo á necessidade que ha da oficina de impressão neste meus

Estados; sou servido, que a casa, onde eles se estabeleceram, sirva interinamente de Impressão Régia, onde se imprimam exclusivamente toda a legislação e papéis diplomáticos, que emanarem de qualquer Repartição do meu real serviço; e se possam imprimir todas, e quaisquer outras obras; ficando interinamente pertencendo o seu governo e administração à mesma Secretaria D. Rodrigo de Souza Coutinho, do meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, o tenha assim entendido, e procurará dar ao emprego da Oficina a maior extensão, e lhe dará todas as Instruções e Ordens necessárias, e participará a este respeito a todas as Estações o que mais convier ao meu real serviço (Martins, 1957: 344).

O documento é omissivo no que tange ao caráter pioneiro do empreendimento, afinal, em três séculos, era a primeira vez que as letras impressas se estabeleciam de fato no país. Um contemporâneo, porém, Luís Gonçalves dos Santos, o padre Perereca, registrou em seu livro de memórias, sem poupar elogios a D. João VI, o entusiasmo que a iniciativa despertou nos habitantes da colônia, ao menos entre os interessados em letras impressas:

O Brasil até o feliz dia 13 de maio de 1808 não conhecia o que era tipografia: foi necessário que a brilhante face do Príncipe Regente Nosso Senhor, bem como o refulgente sol, viesse vivificar este país, não só quanto à sua agricultura, comércio e indústria, mas também quanto às artes, e ciências, dissipando as trevas da ignorância, cujas negras, e medonhas nuvens cobriam todo o Brasil, e interceptavam as luzes da sabedoria. Assim, por decreto datado deste mesmo dia dos seus felizes anos, Sua Alteza Real foi servido mandar que se estabelecesse nesta Corte a Impressão Régia, para nela se imprimirem exclusivamente toda a legislação, e papéis diplomáticos, que emanarem de qualquer repartição do real serviço, e também todas, e quaisquer obras, concedendo a faculdade aos seus administradores para admitirem aprendizes de compositor, impressor, batedor, abridor, e demais ofícios que lhe sejam pertencentes. Este máximo benefício, que Sua Alteza Real outorgou ao Rio de Janeiro, é bem de esperar que se comunique à Bahia, e também às capitais das principais províncias do Brasil, visto o sistema liberal que o mesmo augusto senhor tem adotado a favor dos seus vassallos

desta parte dos seus domínios, e que se imprimam na América Portuguesa obras muito interessantes, que, ou já compostas, jazem na poeira do esquecimento, e do desprezo, ou que para o futuro se hajam de compor, facilitados os meios de se darem à luz pelo prelo (Santos, 1943: 256-257).

Mais crítico em relação ao Príncipe e à administração portuguesa, mas igualmente empolgado com a atitude de D. João VI mostrou-se outro contemporâneo, o já mencionado redator do *Correio Braziliense*, Hipólito José da Costa, que no quinto número do seu periódico registrou:

Saiba o mundo, e a posteridade, que, no ano de 1808 da era cristã, mandou o governo português, no Brasil, buscar à Inglaterra uma impressão, com os seus apêndiculos necessários, e a remessa que daqui se lhe fez importou em cem libras esterlinas!!! Contudo diz-se que aumentará esse estabelecimento, tanto mais necessário quanto o governo ali nem pode imprimir as suas ordens para lhes dar suficiente publicidade. Tarde, desgraçadamente tarde: mas, enfim, aparecem tipos no Brasil; e eu de todo o meu coração dou os parabéns aos meus compatriotas brasilienses (Costa, 2002, vol. 1: 394).

A Impressão nasce –o decreto é claro– para prioritariamente imprimir documentação administrativa. Daí que o seu trabalho inaugural, impresso no dia da criação da casa, tenha sido um folheto de 27 páginas, intitulado *Relação dos despachos*. Todavia, o decreto estipulava, igualmente, que as prensas estatais, na ausência de outras casas editoriais no país, deveriam encarregar-se também da publicação de obras diversas. Fiel a tal determinação, saíram de suas oficinas, entre 1808 e 1822, nada menos do que 1.429 impressos¹⁰, a maior parte de pouca relevância, outros, entretanto –de conteúdo variado: medicina, engenharia, matemática, economia política, direito, geografia, agricultura, gramática, filosofia, literatura, política, moral, etc.–, ocuparam um papel sobremodo importante tanto para a formação quanto para a divulgação dos trabalhos da intelectualidade local.

Malgrado a censura à qual estavam sujeitos os manuscritos apresentados para publicação –censura desconexa, desprovida de método e competência, vale salientar¹¹– foi por meio das prensas da Impressão Régia: que o cognominado Adam Smith brasileiro, José Silva Lisboa, o futuro Visconde de Cairu,

deu a conhecer as suas muitas elucubrações sobre as potencialidades e problemas econômicos da nova sede americana do Império Português; que os poetas da terra, ansiosos por construir uma tradição literária, puderam ter acesso aos aclamados versos de “Marília de Dirceu”, do vate inconfidente Tomás Antônio Gonzaga, e do poema tomado pelos românticos como o precursor do indianismo oitocentista, o “Uruguai”, de Basílio da Gama; que os interessados na geografia da pátria que começava a ganhar forma conheceram o *Roteiro e mapa do Maranhão ao Rio de Janeiro*, de Silva Berford; que Sivestre Pinheiro viu divulgados, entre os cariocas letrados dados à abstração, as suas *Preleções Filosóficas*; que Monsenhor Pizarro pôde contar aos seus coetâneos a sua longa *História do Rio de Janeiro*; e que o padre Aires Casal teve a oportunidade de divulgar, na sua importantíssima *Corografia Brasileira*, a até então desconhecida carta de Pero Vaz de Caminha, “a certidão de nascimento do Brasil”, como viria a ser conhecida.

Foi, igualmente, graças às prensas régias que a intelectualidade aqui nascida ou aqui instalada pôde tomar contato com traduções portuguesas das obras de Virgílio, Pope, Legendre, Haüy, Bichat, Francoeur, Gay de Vernon, Adam Smith, Burke, Fourcroy, La Caille, Euler, Lacroix e de uma dezena de outros sonantes autores europeus, representativos das mais diversas áreas do conhecimento que então se produzia no Ocidente. Para além desse importante trabalho de editoração, fundamental para a nascente vida intelectual brasileira, a Imprensa Régia também foi responsável pela estréia da imprensa no país. De suas oficinas saiu, ainda em 1808, o primeiro número da “Gazeta do Rio de Janeiro”, coordenada pelo Frei Tibúrcio José da Rocha até 1828 e, depois disso, até 1821, por Manuel Ferreira de Araújo. O caráter áulico desse periódico, porém, era tanto que o comerciante inglês John Armitage, duas décadas depois do desembarque, ao analisar as turbulências políticas vividas no período joanino e o reflexo dessas instabilidades nas páginas da *Gazeta*, comentou no seu *História do Brasil* (1836):

Por meio dela só se informava com toda a fidelidade ao público do estado de saúde de todos os príncipes da Europa, e de quando em quando as suas páginas eram ilustradas com alguns documentos de ofício, notícia dos dias natalícios, odes e panegíricos a respeito da família reinante; não se manchavam essas páginas com as efervescências da democracia, nem com a expo-

sição de agravos. A julgar-se do Brasil pelo seu único periódico, devia ser considerado como um paraíso terrestre, onde nunca se tinha expressado um só queixume (Armitage, 1981: 35).

Meia década depois da estréia da *Gazeta*, em 1813, saiu também das prensas da tipografia Régia o mais importante jornal literário, mercantil, político e científico a circular no país durante o período joanino, *O Patriota*, jornal que, como veremos adiante, marcou sua época e serviu de modelo para os impressos que vieram a público ao longo da primeira metade do século XIX¹².

A propósito das “revistas literárias”, também elas desempenharam, em paralelo com as atividades da Impressão Régia, um notável papel na constituição de uma elite intelectual brasileira, colaborando sobremaneira para a gradativa elaboração e absorção de um vocabulário sobre o país e sobre o seu povo e para a fixação desse vocabulário entre a população local. A bem da verdade, entre 1808 e 1821, somente duas revistas vieram a ser editadas no país. A mais importante e duradoura das publicações deste gênero a circular na colônia portuguesa da América, o *Correio Braziliense ou Armazém Literário*, era editada em Londres por Hipólito José da Costa. Das duas aqui editadas, a primeira a vir a público, *As variedades ou Ensaio de Literatura*, pôs em circulação somente dois números, na cidade de Salvador, na Bahia, entre fevereiro e junho de 1812. O empreendimento era obra do editor Diogo Soares da Silva de Bivar – o mesmo que, em companhia do padre Inácio José de Macedo e sob a proteção do conde dos Arcos, tinha editado, em maio de 1811, o conservador *Gazeta da Bahia, Idade de Ouro*, um dos periódicos pioneiros no país– e saíra da oficina tipográfica de Silva Serpa, também participante do empreendimento anterior. O editor, traduzindo de maneira modelar um discurso característico do seu tempo e presente na esmagadora maioria das revistas do gênero editadas no país ao longo da primeira metade do século XIX, apresentava o conteúdo que tencionava vincular no seu impresso nos termos seguintes:

O Folheto que oferecemos ao público, mostra de alguma forma o plano que havemos concebido, e que, quanto em nós é, desejamos desempenhar na redação e publicação do presente periódico. Discurso sobre os costumes e as virtudes morais e sociais, algumas novelas de escolhido bom gosto e moral; extratos de história antiga e moderna, nacional e estrangeira, resumo de

viagens, pedaços de autores clássicos portugueses, quer em prosa, quer em verso, cuja leitura tenta a formar gosto e pureza na linguagem; algumas anedotas e boas respostas etc. –tais são os materiais de que tencionamos servir-nos para a coordenação desta obra, que algumas vezes oferecerá artigos que tenham relação com os estudos científicos propriamente ditos, e que possam habilitar os leitores a fazer-lhes sentir a importância das novas descobertas filosóficas (Viana, 1945: 28-29).

A vontade de transmitir conhecimentos úteis aos ainda poucos leitores da colônia recém-transformada em sede do Império Português, de promover o desenvolvimento das letras, ciências e artes nacionais, de divulgar entre os brasileiros não somente a produção local, mas sobretudo os avanços das várias áreas do saber nos países “civilizados” da Europa, enfim, de apurar científica, estética e moralmente os leitores do país, era também o propósito da segunda e última revista literária publicada no período joanino, a mencionada *O Patriota: Jornal literário, político, mercantil, & comercial*.

Fundada em princípios de 1813, no Rio de Janeiro, pelo empenhado redator Manuel Araújo Guimarães, um ativo participante das primeiras movimentações culturais da corte, o periódico circulou, a princípio mensalmente, depois bimestralmente, durante dois anos completos –o último número data de dezembro de 1814– e estampou como epígrafe um dístico indicativo de suas intenções: “Eu desta glória só fico contente,/Que a minha terra amei, e a minha gente”. Ainda acerca de tais intenções, na introdução do primeiro número, o editor, bastante orgulhoso do seu empreendimento, explica:

Convencido de que apodreceriam no esquecimento obras assaz recomendáveis e notícias de sobra interessantes, sem que uma mão hábil coligisse e ordenasse aqueles dispersos membros e formasse um todo digno da atenção pública, doendo-me de que não acordasse a emulação à vista de tantos modelos das nações cultas, como se a posição física retardasse a luz a chegar ao nosso horizonte, cego à insuficiência de minhas forças, mas desperto ao brado da pátria, eu não hesitei (Guimarães, 1813, n.º 1, p.III).

Embora não lhe tenha cabido o papel de pioneira do que na época se convencionou denominar a *imprensa literária brasileira*, o “todo” organizado por

Guimarães não padeceu da brevidade, discrição e limitações intelectuais de sua única antecessora, *As Variedades...* Ao contrário, *O Patriota* foi recebido com entusiasmo pelos potenciais leitores, contou desde o início com o apoio e a colaboração do diminuto grupo de letrados do país e conseguiu, não obstante algumas agruras, sobreviver por um tempo mais do que razoável para uma publicação da época.

A revista, com muito mais competência do que a sua modesta antecessora –*As Variedades...*– e com mais agilidade e alcance do que as publicações da Impressão Régia, colaborou para divulgar entre os homens de letras da colônia, ou nela instalados depois do desembarque, as mais recentes novidades culturais, científicas e tecnológicas da Europa. Colaborou, também, para dar vazão à ainda incipiente produção intelectual da “inteligência” que se organizava no país, publicando em sua páginas os estudos literários, políticos e científicos que estes homens começavam a desenvolver sobre o país. A revista colaborou ainda, e de maneira significativa, para tornar pública a produção escrita de autores pertencentes ao passado colonial, dando um valioso contributo para, neste momento inicial de construção da cultura brasileira, criar, ao menos no campo das belas-letas, uma linha de tradição que cada vez mais se queria “nacional”.

Em conjunto e somados a outros órgãos de cultura surgidos no período, *O Patriota*, *As variedades* e os livros da Impressão Régia exerceram, em suma, uma função sobremodo importante neste momento em que praticamente se iniciava a construção de um discurso sistemático em língua portuguesa sobre o Brasil e sobre os brasileiros –discurso que até aquela data vinha de além-mar e não utilizava a língua de Camões, vinha em larga medida dos relatos de viagem com menções ao Brasil publicados na Europa¹³. Ainda que inevitavelmente impregnados pelo que até aquela data havia sido escrito e divulgado no Ocidente sobre o país e sobre o seu povo –o gosto por relatos de viagem do redator do *Correio Braziliense*, Hipólito J. da Costa, ou a marca dos mesmos relatos no romance nacional do Oitocentos são ilustrativos neste sentido–, esses instrumentos pioneiros de divulgação da cultura escrita local ajudaram a forjar um modo de construir o mundo circundante e de nele atuar que cada vez mais se queria “brasileiro”, se queria com “cor local”, uma cor que traduzisse o “espírito do povo dos trópicos” –como tanto gostavam de dizer os homens de letras do Oitocentos.

Notas

- ¹ Acerca da tentativa de introdução de uma prensa no Brasil Holandês, ver: Rizzini, Carlos (1946) *O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil (1500-1822)*. p.p. 309-340; Hallewell, Laurence (1985) *O livro no Brasil (sua história)*. p.p. .1-23; Barbosa, A. da Cunha (1901) *Origem e desenvolvimento da imprensa colonial brasileira* .p.p 239-262.
- ² O envolvimento desse jesuíta com a pequena prensa instalada em Recife é sugerida por: Leite, Serafim (1953). p.p. 102-103.
- ³ A atividade de Isidoro da Fonseca é bastante abordada pela historiografia dedicada ao estudo da impressão no Brasil. Além dos títulos mencionados na nota 1, ver também: Pacheco, Félix (1931) *Dois charadas bibliográficas*; Sodré, Nelson Werneck (1966) *História da Imprensa no Brasil*.
- ⁴ Atividade que, é sempre instrutivo ressaltar, também não era nada exuberante na metrópole; a esse respeito, ver.: Anselmo, Arthur (1981) *Origens da Imprensa em Portugal*.; Guedes, Fernando. (1987) *O Livro e a leitura em Portugal - subsídios para a sua história (séculos XVIII-XIX)*; Martins, Maria Teresa Esteves Payan (2005) *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*; Viterbo, Sousa (1924) *O movimento tipográfico em Portugal no século XVI: apontamentos para a sua história*.
- ⁵ Alguns dados sobre a história da educação na colônia podem ser obtidos em: Holanda, Sérgio Buarque de. (1973) *Raízes do Brasil*, p.p. 85-87; Marques, A. H. de Oliveira (dir.) (1986/1992) *Nova História da expansão portuguesa. O Império luso-brasileiro*. , vol. VIII, p.p. 445-494.
- ⁶ Acerca dos livros e da leitura no Brasil no período colonial, ver: Moraes, Rubens Borba (1979) *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*; Algranti, Leila Mezan. *Livros de devoção, atos de censura: ensaios de história do livro e da leitura na América portuguesa, 1750-1821*; FAPESP, 2004; Villalta, Luiz Carlos. “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”. In: Souza, Laura de Mello e (org.) (1997). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. p.p. 331-385; Araújo, Jorge de Souza. (1999) *Perfil do leitor colonial*; Abreu, Márcia (2003) *Os caminhos dos livros*.
- ⁷ No tocante ao movimento academicista no Brasil, é indispensável consultar: Castello, José Aderaldo (1969) *O movimento academicista no Brasil: 1641-1820/22*; Kantor, Iris (2004) *Esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica luso-americana, 1724-1759*; Lamego, Alberto (1923) *A academia brasileira dos renascidos. Sua fundação e trabalhos inéditos*.
- ⁸ A listagem dos livros escritos no Brasil –publicados ou não –, durante o período colonial, pode ser encontrada em: Rizzini, Carlos. *O Livro, o Jornal e a Tipografia no*

Brasil (1500-1822), p.p. 141-160 e p.p. 221-258; Moraes, Rubens Borba(1969) *Bibliografia brasileira do período colonial. Catálogo comentado das obras dos autores nascidos no Brasil e publicadas antes de 1808*; Rizzini, Carlos(1957) *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*, p.p. 70-91.

- ⁹ A sermonística desempenhou um papel de destaque na vida cultural do período; sobre esse assunto ver: Franca, Jean Marcel Carvalho (1999) *Literatura e sociedade no Rio de Janeiro Oitocentista*; Duran, Maria Renata da Cruz (2010) *Ecos do púlpito – Oratória sagrada no tempo de D. João VI*; Galvao, Benjamin Franklin Ramiz (1922) “O Púlpito no Brasil” *Revista do IHGB* 92 (146): 7-160.
- ¹⁰ É incerto o número de impressos publicados pela impressão régia entre 1808 e 1822. Borba de Moraes e Ana Maria Camargo estimam que gire em torno de 1.429 impressos (Moraes; Camargo, 1993: XV); Hallewell fala em cerca de 1.173 (Hallewell, 1982: 37).
- ¹¹ Algranti, Leila Mezan (2004) *Livros de devoção, atos de censura: ensaios de história do livro e da leitura na América portuguesa, 1750-1821*.
- ¹² Mais detalhes sobre o caráter modelar da revista *O Patriota*, ver: Franca, Jean “Marcel de Carvalho. O Patriota e a invenção de padrões literários”. In: Lustosa, Isabel (Org.) (2008) *Imprensa, histórica e literatura*. p.p. 45-55.
- ¹³ A importância da literatura de viagens na construção da imagem do Brasil na Europa é abordada por mim num estudo recente intitulado: *A construção do Brasil na literatura de viagem nos séculos XVI, XVII e XVIII*. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora José Olympio; Editora UNESP, no prelo.

Bibliografia

- Abreu, Márcia (2003) *Os caminhos dos livros*. Campinas: ALB, Mercado de Letras; FAPESP.
- Algranti, Leila Mezan (2004) *Livros de devoção, atos de censura: ensaios de história do livro e da leitura na América portuguesa, 1750-1821*. São Paulo: Editora Hucitec; FAPESP.
- Anselmo, Arthur (1981) *Origens da Imprensa em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- Araújo, Jorge de Souza (1999) *Perfil do leitor colonial*. Ilhéus: Editus, Editora da UESC.
- Armitage, João (1981) *História do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Editora da USP.

- Barbosa, A. da Cunha (1901) "Origem e desenvolvimento da imprensa colonial brasileira" In: *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 63, Parte I (1º e 2º trimestres). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- Castello, José Aderaldo (1965) *A literatura Brasileira. Manifestações Literárias da Era Colonial (1500-1808/1836)*. São Paulo: Editora Cultrix, vol. I.
- _____ (1969) *O movimento academicista no Brasil: 1641-1820/22*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura.
- Correio Braziliense ou Armazém Literário* (2002) Ed. facsimilar. São Paulo: Imprensa Oficial. Brasília: Senado Federal, vol. 1 e 11.
- Denis, Ferdinand (1980) *Brasil*. Trad. de João Etienne Filho e Malta Lima. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Duran, Maria Renata da Cruz (2010) *Ecoss do púlpito – Oratória sagrada no tempo de D. João VI*. São Paulo: Editora UNESP.
- Franca, Jean Marcel Carvalho (1999) *Literatura e sociedade no Rio de Janeiro Oitocentista*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- _____ (1999) *Visões do Rio de Janeiro Colonial. Antologia de Textos (1531-1800)*. Rio de Janeiro: EDUERJ; José Olympio.
- _____ (2008) "O Patriota e a invenção de padrões literários". In Lustosa, Isabel (Org.) *Imprensa, histórica e literatura*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.
- Galvao, Benjamin Franklin Ramiz (1922) "O Púlpito no Brasil". *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 92 n. 146, 7-160.
- Gandavo, Pero de Magalhães de (2004) *História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Guedes, Fernando (1987) *O Livro e a leitura em Portugal - subsídios para a sua história (séculos XVIII-XIX)*. Lisboa/São Paulo: Verbo.
- Guimaraes, Manuel Araújo (1813) *O Patriota, Jornal Literário, Político, Mercantil*. n.º 1.
- Hallewell, Laurence (1985) *O livro no Brasil (sua história)*. São Paulo: T. A. Queiroz, Editor; Editora da USP.
- Holanda, Sérgio Buarque de (1973) *Raízes do Brasil*. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.
- Kantor, Iris (2004) *Esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica luso-americana, 1724-1759*. São Paulo: Editora HUCITEC; Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA.
- Lamego, Alberto (1923) *A academia brasileira dos renascidos. Sua fundação e trabalhos inéditos*. Paris, Bruxelas: L'Édition D'Art Gaudio.

- Lavradio, Marquês do (1978) *Cartas do Rio de Janeiro (1769-1776)*. Rio de Janeiro: Instituto Estadual do Livro.
- Leite, Serafim (1953) *Artes e ofícios dos Jesuítas no Brasil (1549-1760)*. Lisboa: Edições Brotéria.
- Magalhaes, D. J. Gonçalves (1978) "Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil. Estudo Preliminar" *Revista Nitheroy*. Edição fac-similar coordenada pela Academia Paulista de Letras, São Paulo, Tomo Primeiro, p. 132-159.
- Martins, Maria Teresa Esteves Payan (2005) *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior.
- Martins, Wilson (1957) *A Palavra Escrita*. São Paulo: Editora Anhembi Ltda.
- Moraes, Rubens Borba de; Camargo, Ana Maria de Almeida (1993) *Bibliografia da imprensa régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: Edusp/Livraria Kosmos Editora.
- _____ (1969) *Bibliografia brasileira do período colonial. Catálogo comentado das obras dos autores nascidos no Brasil e publicadas antes de 1808*. São Paulo: IEB.
- _____ (1979) *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; S.C.C.T.
- Pacheco, Félix (1931) *Dois charadas bibliográficas*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio.
- Ribeiro, Santiago Nunes (1843) "Nacionalidade da Literatura Brasileira". *Revista Minerva Braziliense*, I, p. 7-23.
- Rizzini, Carlos (1957) *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- _____ (1946) *O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil (1500-1822)*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Kosmos.
- Santos, Luiz Gonçalves dos (1943) *Memórias para servir à história do Reino do Brasil*. Prefácio e anotações de Noronha Santos. Rio de Janeiro: Zélio Vaverde.
- Serrao, Joel; Marques, A. H. de Oliveira (dir.) (1986/1992). *Nova História da expansão portuguesa. O Império luso-brasileiro*. Lisboa: Editorial Estampa, vol. VIII.
- Silva, Joaquim Norberto de Sousa e (2002) *História da literatura brasileira e outros ensaios*. Org., apresentação e notas de Roberto Acízelo de Souza. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro, Zé Mario Editor.
- Sodré, Nelson Werneck (1966) *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Viana, Hélio (1945) *Contribuição à história da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

- Villalta, Luiz Carlos (1997) *O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura*. In Souza, Laura de Mello e (org.) *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, p.p.331-385.
- Viterbo, Sousa (1924) *O movimento tipográfico em Portugal no século XVI: apontamentos para a sua história*. Coimbra: Imp. da Universidade de Coimbra.